

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dispõe sobre o exercício da  
profissão de arteterapeuta.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o exercício da  
profissão de arteterapeuta.

Art. 2º Arteterapeuta é o profissional que se  
utiliza dos recursos expressivos de artes visuais, música,  
dança, canto, teatro e literatura como elementos capazes de  
favorecer o processo terapêutico das pessoas, em busca do  
autoconhecimento, da autoexpressão, do desenvolvimento  
humano, da criatividade, da prevenção e da reabilitação de  
doenças mentais e psicossomáticas.

Art. 3º O exercício da profissão de arteterapeuta é  
assegurado:

I - ao portador de diploma de graduação em  
Arteterapia, conferido por instituição de ensino reconhecida  
oficialmente;

II - ao portador de diploma de nível superior em  
Arteterapia ou equivalente, conferido por estabelecimento  
estrangeiro de ensino segundo as leis do respectivo país,  
registrado em virtude de acordo ou convênio internacional ou  
revalidado no Brasil como diploma de bacharel em Arteterapia  
ou equivalente;

III - ao profissional que tiver concluído o  
terceiro grau e que tenha curso de formação ou de pós-  
graduação em Arteterapia, seguidos os parâmetros curriculares  
estabelecidos por órgão competente; e



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

IV - ao profissional que, até o início da vigência desta Lei, comprove 4 (quatro) anos, pelo menos, de exercício de atividades próprias ao arteterapeuta, nos termos a serem estabelecidos por órgão regulador competente.

Art. 4º O exercício da profissão e a utilização do título de arteterapeuta em desconformidade às disposições desta Lei configuram exercício ilegal de profissão.

Art. 5º O regulamento estabelecerá o órgão responsável pela fiscalização do exercício da profissão de arteterapeuta.

Art. 6º Compete ao arteterapeuta:

I - avaliar, planejar e executar o atendimento arteterapêutico por meio da aplicação de procedimentos específicos da arteterapia;

II - orientar pacientes, familiares e cuidadores no atendimento arteterapêutico;

III - exercer atividades técnico-científicas por meio da realização de pesquisas, de trabalhos específicos e de organização e participação em eventos científicos;

IV - coordenar a área de arteterapia integrante da estrutura básica das instituições, das empresas e das organizações afins;

V - realizar consultoria, auditoria e emitir parecer técnico sobre a área de atuação do arteterapeuta;

VI - participar do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de saúde pública;

VII - compor equipes multidisciplinares e interdisciplinares de saúde, de forma a atuar em cooperação com os demais profissionais;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

VIII - atuar em associação e colaboração com os demais profissionais da área de saúde;

IX - coordenar e dirigir cursos de graduação em Arteterapia;

X - exercer a docência nas disciplinas de formação específica em Arteterapia e outras disciplinas com interface; e

XI - participar de bancas examinadoras e da elaboração de provas seletivas em concursos para provimento de cargo ou contratação de arteterapeuta.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 373/2024/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.416, de 2015, da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre o exercício da profissão de arteterapeuta”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 10/12/2024 20:02:02.623 - Mesa

DOC n.1601/2024

